

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Sever do Vouga** (o Grupo), que compreendem balanço consolidado em trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove (que evidencia um total de 65.169.760 euros e um total de fundos próprios de 49.597.288 euros, incluindo um resultado líquido de 65.631 euros), a demonstração de resultados consolidada e a demonstração dos fluxos de caixa consolidada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do descrito no primeiro parágrafo da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Sever do Vouga** em trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Bases para a opinião com reserva

O Município possui mapas de inventário dos bens móveis e imóveis, elaborados de acordo com o previsto, na Portaria 671/2000, de 17 de abril. No entanto, dada a dimensão, natureza e complexidade da avaliação e inventariação do património do Município, não está assegurado de forma inequívoca que estes incluem a totalidade do imobilizado e pelos valores adequados. Subsistem ativos classificados como em curso, que já estão em utilização, carecendo apenas de conclusão do processo de inventariação. Relativamente aos bens imóveis, sujeitos a registo, não foi possível identificar, para a totalidade dos mesmos, a inscrição matricial e o registo na Conservatória do Registo Predial. Deste modo não é possível concluir quanto às asserções inerentes às várias rubricas do imobilizado, (bens de domínio público, imobilizado corpóreo e investimentos em imóveis que ascendem, respetivamente, a 34.988.312 euros, 23.627.472 e 820.762 euros), e por consequência das correspondentes amortizações



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme mencionado no ponto “Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício - Crise do coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID 19” do Relatório de Gestão, a esta data, Portugal, e a generalidade dos países, encontra-se em situação de pandemia associada à COVID 19, a qual poderá vir a ter impactos significativos na envolvente económica e na atividade das entidades pertencentes ao Grupo. A extensão e grau de severidade destes impactos não são ainda determináveis a esta data. No entanto, o Executivo Municipal não antecipa impactos que possam por em causa o normal funcionamento das operações entidades pertencentes ao Grupo Autárquico.

Conforme mencionado no ponto “Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício - Aprovação e autorização para emissão do relatório e contas da AGIM” do Relatório de Gestão, o relatório e contas da AGIM foram aprovados e autorizados para emissão em reunião de Direção de 14 de maio de 2020. No entanto, ainda não foram aprovadas em Assembleia Geral, podendo os associados, não aprovar o referido relatório e contas ou solicitar alterações.

Chama-se a atenção para o facto de, a 31/12/2019, o balanço da AGIM, apresentar um passivo manifestamente superior ao ativo, tornando os Fundos Patrimoniais negativos em 104.353 euros. Assim, a Direção da AGIM, para afastar o indício de situação de insolvência, deverá tomar as medidas adequadas á reposição dos Fundos Patrimoniais ou identificar eventuais ativos não constantes do balanço ou reconhecidos abaixo do seu justo valor.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Responsabilidades do órgão de executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão de executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma



distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das empresas ou atividades dentro do conjunto das empresas incluídas na consolidação para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do conjunto das empresas incluídas na consolidação e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 17 de junho de 2020

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda

Representada por:



Helder Manuel Martins Pereira

Registado sob os n.ºs 1222 na OROC e 20160833 na CMVM